

## Teoria do desenvolvimento da moral

---

*Maria do Perpétuo Socorro Moraes Rocha*

*Maria Lúcia Serique Reis*

*David Colares Oliveira*

*Fabiana Silva Rabelo*

*Raimundo Pereira de Souza*

DOI: [10.47573/aya.5379.2.88.17](https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.88.17)

## RESENHA

### Obra analisada

KOLBERG, Laurence. Teoria do desenvolvimento moral. Editora Moderna, São Paulo: 2002.

### Credenciais do autor

Laurence Kolberg, nasceu no dia 25 de outubro de 1972 em Nova York e faleceu no dia 19 de janeiro de 1987 aos 59 anos.

Especializou-se em psicologia, filosofia e foi escritor de não ficção.

Professor e doutor da Universidade de Chicago e da Universidade de Harvard, dedicou sua especialização na investigação sobre a educação e argumentação moral, se tornou conhecido pela sua teoria dos níveis de desenvolvimento moral. Muito influenciado pela teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, seu trabalho refletiu e desenvolveu as ideias de seu predecessor, ao mesmo tempo criando um novo campo da psicologia o desenvolvimento moral.

## OBJETIVO DO AUTOR

O objetivo do autor na presente obra, é a de proporcionar ao leitor valiosas contribuições nas diferentes áreas do processo educacional e no desenvolvimento humano e da moral.

Em algum momento o autor foi criticado sobre aspectos, ou ideias que surgiram em suas obras, mas seu legado cultural não minimizou o que sempre defendeu e pelo contrário aperfeiçoou sua tese sobre a moralidade que ainda é extremamente influente nas áreas sociais e educacionais para a compreensão do comportamento da criança e do adulto.

Escrita em uma linguagem simples, um dos modelos de reflexão que procura explicar o desenvolvimento da moral do ser humano, permitindo ao leitor compreender as razões históricas e sociais que levaram a questionamentos com crianças e jovens.

No capítulo final o autor, acreditava que através de um processo natural, todos os seres humanos têm a capacidade de obter a plena competência moral por meio de estágios. Esses estudos estavam voltados principalmente para as análises dos problemas educativos e sociais, sendo necessário uma melhor reflexão e formulação das práticas educacionais como suporte do desenvolvimento da aprendizagem vinculada a moral para obtenção de bons resultados.

Por sua didática, o livro é indicado a profissionais das áreas das ciências sociais e ciência da educação e a investigadores na busca do conhecimento para as práticas educativas na qualidade e aperfeiçoamento do desenvolvimento moral e cognitivo da criança.

## APRECIÇÃO CRÍTICA DA OBRA

O principal mérito da obra consiste em formar investigadores nas áreas das ciências sociais e educacionais, a fim de apontar o avanço do conhecimento nesse campo e o fortaleci-

mento da autonomia científica nos Estados Unidos.

A ideia central do autor parte da identificação dos elementos considerados fundamentais no processo do desenvolvimento da capacidade humana em reconhecer valores morais, e os reflexos étnicos nas escolas médicas e no campo da educação moral.

Para avaliar o estudo do conhecimento do próprio tema, foram analisados estudos por meio de um processo de amadurecimento e interação com todos os seres humanos com objetivo de verificar se estes têm a capacidade de chegar a plena competência moral e pelo paradigma da moralidade autônoma.

Kolberg assume -se como um continuador de Piaget que do mesmo modo suas teorias são universalistas. Este não afirma a universalidade das normas em si, porém das estruturas que possibilitam a aplicação das normas em contextos precisos que possam proporcionar critérios para o juízo moral na criança.

A principal percepção do autor foi no sentido de ampliar a teoria de Piaget e argumentou que o desenvolvimento moral é um processo que ocorre ao longo da vida por meio de estágios acreditando que cada pessoa pode estar em determinada área ou estágio para o desenvolvimento moral.

Coube a Laurence demonstrar todo esse processo por meio de estágios e classificou-os em: Estágio Pré- Convencional, Convencional e Pós- Convencional.

Nível pré- convencional- é atribuído a pessoas sem senso crítico que se deixam levar e aceitam regras morais estabelecidas pelas autoridades. Nesse estágio dar-se-á pela obediência e punição. Porém, o objetivo do comportamento é evitar a punição, pois as consequências é que determinam trocas e acordos.

O estágio 2 é aquele que o indivíduo é movido apenas pelos seus próprios interesses, ou seja, o comportamento moral consiste em seguir regras de interesse imediato. Portanto, os interesses são recíprocos, mas, serve de base para que se respeitem os outros na lealdade na busca do respeito mútuo.

Nível convencional- é tipicamente atribuída a adolescentes e adultos. Nesse estágio o indivíduo recebe regras e segue as normas da sociedade a respeito do que é certo e do errado. A moralidade implica cumprir deveres e respeitar a lei e a ordem estabelecidas. As necessidades individuais subordinam-se as normas sociais.

Nível pós- convencional- é o mais alto da moralidade, onde a pessoa passa a perceber os conflitos entre as regras e o sistema, pois há uma variedade de valores e opiniões do que é legal e do que é moral, sendo que o valor moral depende menos da conformidade às normas e mais da sua orientação em função de princípios éticos universais.

Para o autor nem todos obtinham progressos nesses estágios, somente uns poucos. Essas descobertas geraram impactos, pois consolidaram que a moral não é inata.

Todavia, os estágios do desenvolvimento moral ocorrem em fases diferentes para pessoas distintas como fruto da socialização nas implicações éticas e jurídicas do comportamento moral.

A teoria do desenvolvimento moral de Kolberg corresponde á abordagem cognitiva evolutiva que recorda Freud e Piaget ambos foram pioneiros no estudo do desenvolvimento moral na psicologia. O trabalho de Kolberg representa uma mudança de rumos no campo, na medida que não adota a psicanálise ou os pressupostos behavioristas. A cognição estrutural assume que os julgamentos morais seguem estruturas ou forma de juízo moral universal, porém Kolberg partiu de estágios piagetianos de desenvolvimento.

Segundo Piaget na obra “O juízo moral da criança” publicada em 1932, o autor traz a proposta de tentar compreender o juízo moral do ponto de vista da criança enfatizando regras morais que serão estabelecidas durante seu desenvolvimento. Porém, o que prevalece no momento é o controle exercido pelo adulto sobre o juízo moral da criança.

“A boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma.”(KANT, 1986,p. 23). Ou seja, a intenção daquele que tenta praticar determinada conduta de maneira boa, pois, somente o homem pode extrair os sentimentos de bondade ou maldade é ele que realiza as ações e almeja alcançar a concretização de sua ação.

Para Kant, somente a razão poderia nos frear diante dos instintos naturais, visto que esta já foi inserida pela natureza em todos os humanos.

O conceito de desenvolvimento moral está associado a uma definição mais ampla de identidade do EU realizada por Habermas. Para ele “o desenvolvimento moral é parte do desenvolvimento da personalidade, o qual, por sua vez, é decisivo para a identidade do EU (1989; 1990, p.55). O desenvolvimento moral passa a ser assim visualizado sob os três aspectos: capacidade de conhecimento, linguagem e ação.

Para Habermas, o conceito de identidade, não tem apenas um caráter descritivo. Este está vinculado a condicionamentos culturais e sociais. A identidade do EU indica uma organização problema da interação social, existentes nas diferentes culturas.

De acordo com Ramos (1989, p. 16) “a racionalidade, no sentido substantivo, nunca poderá ser um atributo definitivo da sociedade, pois é diretamente empreendida pela consciência humana, não pela mediação social “. A racionalidade substantiva impele o indivíduo na direção de um esforço contínuo, responsável e penoso para dominar suas paixões e suas inclinações inferiores.

Portanto, Kolberg e seus colaboradores elaboraram e implantaram programas educacionais voltados para o desenvolvimento da autonomia moral de estudantes e para a criação de ambientes democráticos em escolas públicas dos Estados Unidos. Porém, alunos e professores tinham o direito de opinar igualmente depois de formarem pequenos e grandes grupos para discutir sobre questões relacionadas às normas escolares, atitudes individuais ou grupais, e as punições, para tomar decisões coletivas que refletissem a vontade da maioria dos membros comunitários.

Kolberg (1964 *apud* Hoffman, 1976, 1992) destaca que um fator primordial para a construção da noção de justiça- central na sua teoria- seria as interações nas quais existem oportunidades e durante as quais os sujeitos interagem e tomam a perspectiva de outras pessoas, imaginando o que elas pensam ou sentem. Porém, a ideia baseia-se em pressupostos de que o

desequilíbrio sócio-cognitivo obriga os indivíduos a vivenciarem conflitos com a intenção de motivá-los a procurar níveis mais elevados de desenvolvimento e estados de equilíbrio para fazer uma reflexão sobre as suas próprias ideias e buscar o melhoramento das mesmas, através da construção de argumentos ditos mais complexos com a finalidade de torná-las pessoas melhores, mais civilizadas, mais capazes de entender e aceitar os outros.

No entanto, o estudo da psicologia da personalidade parte exatamente na capacidade mental construída pelas pessoas quando há uma interação com outras e o que sentem ao relacionar-se com o diferente. Essas representações mentais construídas uma sobre as outras nos leva a perceber que cada um de nós demonstramos afetos diferenciados.

E na medida que essas pessoas procuram se ambientar em determinado local seu comportamento ou ideias serão modificadas criando situações que proporcionem desafios nas suas convicções morais, promovendo o desequilíbrio cognitivo que a fará refletir sobre a moralidade. Nesse caso, para o indivíduo avançar em suas percepções no que diz respeito a moral, faz-se necessário vivenciar situações que criem conflitos sobre os conceitos morais nos quais possa acreditar e essas as novas ideias passam a ser reavaliadas através do ponto de vista de um amigo ou colega na construção de uma sociedade culturalmente diversificada, e que as leis do grupo devem entrar sempre em consenso.

## REFERÊNCIAS

HABERMAS, J. (1989). Consciência Moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

\_\_\_\_\_ 1990. Para a construção do materialismo histórico. São Paulo, Brasiliense.

HOFFMAN, M. L. Moral Stages and moralizatoin: the cognitive- developmental Approach. In: Lickona, T, Moral Devolpment and Behavior: Theory, Repparch and Social Issues,New York: Holt, Rinehart and Winston, 1976, pp. 76-90.

\_\_\_\_\_ Psicologia del Desarrollo Moral. 2º vol,Bilbao: Editorial Disclée de Brower S.A,1992.

IMMANUEL, Kant. Fundamentação da metafísica dos costumes. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1986.

KOLBERG, Lawrence. Teoria do desenvolvimento Moral. Editora Moderna, São Paulo:2002.

PIAGET, Jean. O raciocínio da criança. Rio de Janeiro, Record: 1967.

RAMOS, A.G. (1989). A nova ciência das organizações; ed. Rio de Janeiro: FGV.